



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

EIXO 11 - TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONFLITO

“Lado do mar”, “lado do mato”: desigualdades e territorialidades de Pontal do Paraná/PR no contexto do trabalho regionalizado do Serviço Social do Tribunal de Justiça do Paraná.

Letícia Sampaio Pequeno¹
Horrana Luiza Paulino²

Resumo. Este estudo almeja discutir as particularidades do exercício profissional do Serviço Social do Tribunal de Justiça, buscando entender o território como conceito fundamental para compreender a realidade social. Cabe pontuar que foi feita uma revisão da bibliografia histórico-profissional, o que possibilitou estabelecer conexões com os processos histórico-sociais que permeiam o debate sobre território. Nesse sentido, como principais resultados analisamos que os/as moradores/as da cidade de Pontal do Paraná utilizam corriqueiramente a nomenclatura lado do mar e lado do mato. Conclui-se que leituras territoriais requerem esforço interdisciplinar, visto que o território não é estante, não é estático, havendo muitas forças envolvidas.

Palavras-chave: Território; Serviço Social; Equipes Regionalizadas;

Abstract: This study aims to discuss the particularities of the professional exercise of Social Work in the Court of Justice, seeking to understand the territory as a fundamental concept to understand the social reality. It is worth pointing out that a review of the historical-professional bibliography was carried out, which made it possible to establish connections with the historical-social processes that permeate the debate about territory. In this sense, as main results we analyze that the residents of the city of Pontal do Paraná commonly use the nomenclature sea side and bush side. It is concluded that territorial readings require interdisciplinary effort, since territory is not shelf, it is not static, and there are many forces involved.

Keywords: Territory; Social Work; Regionalized Teams;

¹ Assistente social judiciária no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e Doutoranda em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), leticiapequenotjpr@gmail.com

² Estagiária de Serviço Social do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e Graduanda em Serviço Social pela Universidade Positivo, horranapailuho@gmail.com



I INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar aspectos relevantes observados no cotidiano profissional na cidade de Pontal do Paraná/PR, abordando suas particularidades e a importância da territorialidade para a compreensão da realidade social.

A relevância deste estudo reside na importância da realização de pesquisas e de investigações científicas, com vistas a possibilitar a produção de conhecimento a partir do exercício profissional no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), em especial na Equipe Regional de Atendimento Multidisciplinar (ERAM), que tem como composição as comarcas de Antonina, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Morretes e Pontal do Paraná.

Cabe pontuar que foi realizado o recorte para a cidade de Pontal do Paraná, após feito o mapeamento territorial e geográfico, visitas institucionais e por ser a cidade com mais atendimentos da ERAM.

Desse modo, este estudo está organizado da seguinte maneira: introdução, duas seções temáticas, resultado e conclusões e referências. Na primeira seção intitulada: “*O trabalho da Equipe Regional de Atendimento Multidisciplinar do TJPR e as especificidades do exercício profissional no litoral paranaense*” apresenta-se, de forma sintética, as atividades realizadas pela ERAM e as principais ações desenvolvidas, abordando, por exemplo, a importância da articulação com a rede socioassistencial e intersetorial.

Na segunda seção intitulada: “*Particularidades de Pontal do Paraná e Reflexões sobre território*” debate-se sobre território e as singularidades que envolvem a cidade de Pontal do Paraná, abordando aspectos do cotidiano profissional. Ao final, os resultados e conclusões deste estudo, seguido das referências utilizadas no texto.

II O TRABALHO DA EQUIPE REGIONAL DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DO TJPR E AS ESPECIFICIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO LITORAL PARANAENSE

As Equipes Regionais de Atendimento Multidisciplinar (ERAM) foram criadas e normatizadas no ano de 2019, conforme Decreto Judiciário Nº 487/2019³. São 14 ERAMs (com total de 27 profissionais, sendo 14 assistentes sociais e 13 psicólogos) vinculadas respectivamente às 14 (quatorze) Coordenadorias Regionais da Infância e da Juventude criadas pelo Decreto Judiciário nº 178/2015. O trabalho desenvolvido pelas equipes

³ Disponível: www.tjpr.jus.br/documents



regionalizadas necessita de intercâmbios com as comarcas, tanto para a realização de atendimentos presenciais quanto para visitas domiciliares e institucionais.

Dentre as principais ações das equipes regionalizadas estão: atender determinações judiciais relativas à prática do Serviço Social, assessorando o/a magistrado/a, quando solicitado que envolvem sujeitos de ações judiciais; conhecimento sobre a realidade dos municípios; articulação com a rede de proteção (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar), em que as equipes técnicas do judiciário atuam como articuladores e fomentadores da rede; reuniões com a rede de proteção por videoconferência (pautas a serem discutidas, pactuação de funções e de ações conjuntas); participação em audiência concentrada; agendamento e realização de visitas domiciliares; estudo social e laudo social, analisando os elementos componentes da dinâmica familiar de pessoas envolvidas nas situações pertinentes à Vara da Infância e Juventude, Varas da família e das sucessões e Varas Infracionais.

Como assistentes sociais judiciárias, fazemos a defesa de uma prática voltada para a articulação com a rede de atendimento à infância, juventude e famílias, em que as atribuições devem ser exercidas em uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial. Nessa mesma linha reflexiva:

Construir relações intersetoriais exige a superação da perspectiva abstrata da direção intersetorial, de modo a caminhar para suas condições objetivas e reais. A perspectiva setorial com base no real, exige que se conheça, por exemplo, a abrangência de cada escola, creche e serviços de saúde, no território. É preciso um investimento em articulação das dinâmicas e das abrangências dos serviços para que se possa desenvolver um processo de relações que desencadeie: uma pactuação a partir do conhecimento das demandas; uma aproximação com interlocutores da população; estímulo à possibilidade de gestão participativa; e a criação, por exemplo, de um conselho territorial do conjunto dos serviços. É preciso entender como é que os diversos serviços se apresentam para a população e que concepção esta manifesta sobre eles, assim como, a concepção de quem trabalha nos serviços sobre a população (SPOSATI, 2013, p.17-18).

Desse modo, no exercício profissional, observamos também a importância do conhecimento territorial, o qual permite analisar as precariedades dos acessos aos serviços, que demarca a agudização das condições de vida da população e intensifica a vulnerabilidade e os riscos à população, especialmente de Pontal do Paraná. Isso porque, durante as visitas, verificamos muitas casas em situação de abandono ou anunciadas para aluguel. Além disso, as ruas sem pavimentação adequada, que alagam em dias de chuvas, geram indignação dos moradores e descontentamento com o fato de residirem em Pontal do Paraná.

Explana-se também que nas andanças profissionais, em busca de otimizar o tempo, são feitas análises dos autos e levantamentos das visitas a serem realizadas, com o objetivo de aproveitar as viagens. Assim como, são acionados os profissionais da rede de



proteção dos municípios para obter informações e, se possível, algum funcionário que conheça as localidades para facilitar a localização das famílias.

Nessas jornadas, analisamos que os/as moradores/as da cidade de Pontal do Paraná utilizam corriqueiramente a seguinte nomenclatura quando desejam informar a localização de algum lugar: lado do mar e lado do mato.

No lado do mar, observamos casas com melhores condições de habitabilidade e detém mais serviços, se caracterizando como o lado em que as pessoas trabalham. No lado do mato, notamos precariedades das ruas, ausência de placas, irregularidade das numerações que marcam as dificuldades desse território, o qual contém a maioria das residências das partes atendidas por esta equipe. Desse modo, foi crucial entender como o território é organizado para qualificar os serviços prestados à essa população.

Com isso, ao se refletir o território, buscamos identificar o que é comum a uma coletividade: a presença de serviços; as condições objetivas das ruas, dos espaços; a presença da violência e de equipamentos de segurança e a construção histórica que é fundamentalmente relacional (SPOSATI, 2013, P.13).

Chama bastante atenção a ausência de placas nas ruas e a falta de numeração nas residências, que impõe obstáculos na localização das famílias, demandando bastante tempo na busca pelos usuários. Ademais, algumas casas apresentam precárias condições de habitabilidade, o que gera desafios na aplicação da entrevista e proporciona reflexões quanto à situação de pobreza e ao acesso precário aos serviços e às políticas sociais.

Nesse sentido, debater sobre o território requer observá-lo como a concretude da vida cotidiana, em que em cada balneário de Pontal do Paraná, ocorrem múltiplos processos, sendo por isso importante abordar as características dessa cidade, conforme será tratado na próxima seção.

III PARTICULARIDADES DE PONTAL DO PARANÁ E REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO

Fundada em 20 de dezembro 1995⁴ com 15 balneários e atingindo a extensão territorial de 199,9 km², o município denominado Pontal do Paraná é um dos sete municípios que compõem o litoral paranaense e possui 27. 284 habitantes (136,5 habitantes por km²), o

⁴ Lei Estadual nº 11 252, de 20 de dezembro de 1995 - Lei que cria o município de Pontal do Paraná desmembrado do município de Paranaguá.



que torna Pontal do Paraná o quarto município com maior número de habitantes no litoral do estado.

De acordo com dados da última pesquisa geográfica realizada no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na pesquisa de Índice de Desenvolvimento Humano, em um ranking de 399 municípios, Pontal do Paraná está na frente de 335 municípios do Estado do Paraná, se situando na 64^o posição, atingindo um alto índice de desenvolvimento marcado por 0,738 pontos de IDH.

Consideramos crucial esta contextualização sobre o espaço da cidade, como concordamos que:

A cidade é a sede e o ambiente da reprodução das classes, da atividade produção, distribuição, troca e consumo. Atrai massas populacionais, mas não tem geralmente capacidade de geração de postos de trabalho e de absorção dessas pessoas nos circuitos modernos da economia. Assim, o urbano é também lócus da geração de demandas e o espaço de lutas políticas dos estratos sociais que reivindicam acesso aos meios de consumo coletivo e inserção no mercado de trabalho. É o espaço dos fluxos emanados de diversas frações do capital. Também cumpre papel de acelerar tais fluxos e agiliza o ritmo desse verdadeiro espaço da "unidade do diverso", que é o urbano (BRANDÃO, 2012, p. 192).

Nesse sentido, defende-se que o território deve ser entendido como uma síntese da produção da vida, essa síntese só pode ser (re) construída a partir de múltiplas áreas e perspectivas. Retomando a discussão sobre "lado do mar" e "lado do mato", importa mencionar que a maioria das crianças e dos adolescentes atendidos residem no "lado do mato". Esse fato foi um dos motivadores da produção deste artigo, nos instigando a entender melhor essa temática.

Assim, neste estudo, defendemos que a dimensão territorial deve fortalecer a lógica da proteção social integral da criança e do adolescente, principal público atendido pela ERAM, sendo por isso essencial o entendimento sobre território para melhor atender este público. De acordo com Santos (2007, p.22), "o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence".

Dito isso, o reconhecimento da dimensão territorial, assim entendida, nos remete à essencialidade da nossa intervenção enquanto integrantes e fomentadores da rede social da infância e adolescência, a fim de assegurar a garantia dos direitos.

Após essas discussões, importante expor o que se considera como território. Este importante conceito polissêmico, advindo da Biologia no séc. XVIII⁵ para determinar a área em que espécies vivem e desempenham suas funções vitais e posteriormente incorporado pela Geografia e de extrema importância para as Ciências Sociais, carrega importantes traços e características da nossa existência transformadora na história, abrindo espaço para nos ajudar a compreender a realidade social que passamos, transformamos e

⁵ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=FwWbMo-bta4&t=163s> Acesso em: 16.02.2022.



estamos inseridos. Para haver território, é necessário que se tenha a utilização ou apropriação de um espaço geográfico por um indivíduo ou grupo de indivíduos através das relações de poder.

Dessa maneira, em todo território há relações de poder, e de acordo com Claude Raffestin (1993), obra *Geografia do Poder*, essas relações se formam da combinação variável de energia e informação, onde a energia é a forma truculenta de poder; já a informação é a relação de poder que utiliza de simbologias e manipulação.

“Sendo co-extensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação (...) Uma coisa é certa: a energia e a informação sempre estão presentes simultaneamente em toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53, 54).

Ampliando o diálogo, segundo Milton Santos (1978), encontrar apenas uma definição para espaço/território é uma tarefa árdua, pois de acordo com o geógrafo, cada categoria possui inúmeras compreensões, e com o passar do tempo, esse espaço recebe diferentes elementos, não sendo algo fixo, o território é flexível e está apto a mudanças.

Ainda segundo o mesmo autor, o território brasileiro se encontra hoje grosseiramente repartido em dois grandes subtipos: as regiões agrícolas (e não rurais, contendo cidades) e as regiões urbanas, as quais contêm atividades rurais. Dessa forma, observam-se áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e áreas rurais adaptadas a demandas urbanas. Mostra-se ainda que há uma tendência originada na evolução atual da economia, da sociedade e do território que propiciou diversas situações intermediárias entre as duas situações acima citadas (SANTOS, 2009).

De acordo com o Santos (2009), dois problemas precisam ser pontuados. O primeiro diz respeito à diferença de ocorrências entre as regiões economicamente mais desenvolvidas do País e as regiões deprimidas, as quais o meio técnico-científico aparece com menor intensidade. O segundo encontra-se no fato de saber a partir de que tamanho urbano pode-se falar em região urbana, em que diversas “cidades” interagem com grande frequência. Contudo, a indagação incertamente poderá ter resposta apenas quantitativa.

Cabe destacar que o autor sugere como alternativa a seguinte divisão: Brasil urbano e Brasil agrícola, em que é necessário perceber os tipos de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Nas regiões agrícolas, é o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano. Já nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel.

No cenário brasileiro, especificamente no Brasil pós-64, o mercado ampliou-se sob o comando de empresas cada vez mais poderosas, as quais exercem o papel de controle do território, via produção e consumo. Dessa forma, se fortaleceu o capitalismo



corporativo ou monopolista, o qual supõe a utilização de recursos maciços, em que de um lado é preciso dotar as cidades de infraestruturas custosas e de outro, exige-se uma rede de transportes que assegure a circulação externa.

Dito isso, o espaço nacional foi sendo profundamente alterado por conta da modernização contemporânea, baseada na revolução técnico-científica. Importa ressaltar que a essa modernização inclui o triunfo do consumo dirigido, a despolitização da política e o enfraquecimento da cidadania. No Brasil, verifica-se uma modernização conservadora, em que desde o “milagre econômico” diversas mudanças econômicas, sociais e políticas passaram a originar novas condições materiais e novas relações sociais, permitindo falar então de uma urbanização corporativa e de cidades corporativas.

Segundo Santos (2009), o equipamento do território nacional constitui uma das bases de poder das grandes firmas, em que o Estado possui papel decisivo, facilitando o intercâmbio internacional e interno, havendo então uma conjugação de recursos nacionais e de recursos externos. Em um pequeno intervalo de anos, infraestrutura e superestrutura se modificam e o processo correspondente de urbanização também conhece mudanças.

Cabe frisar que a cidade se define segundo as modalidades de combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional e da amplitude da respectiva divisão territorial do trabalho. As atividades centrais são deixadas à “espontaneidade” do mercado, e é nesse momento que se fala em urbanização corporativa. Dessa forma, nota-se a dificuldade da população exercer a cidadania e a democracia em meio a esses corporativismos que impedem de ver a cidade em sua totalidade.

Infere-se que a lógica dominante é a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa, onde os esforços são voltados primeiramente às empresas hegemônicas. Com isso, a população mais vulnerável, necessitada de habitação, desloca-se para mais longe, ampliando o processo de periferação, que se dá com a criação de espaços vazios. Citamos esse fato, visto que observamos com frequência intensos espaços vazios em Pontal do Paraná.

Importante frisar que optamos por dialogar com Milton Santos por conta de seu primoroso trabalho no que tange ao território e pela defesa do autor de que é um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. Dessa forma, como territórios que não se reduzem às dimensões físicas e geográficas, mas apresentam, sobretudo, sentidos e práticas que operam relações sociais.

Explanamos ainda sobre mais singularidades do exercício profissional, sendo necessário pontuar os riscos presentes nos trajetos das viagens, como rodovias com intensa movimentação de mercadorias (o que acarreta trânsito lento devido a quantidade elevada de caminhões) que também influencia no tempo de deslocamento.



Analisando a infraestrutura e a habitação, por exemplo, verifica-se que são temas urgentes na agenda de desenvolvimento, mas, quando tratados de maneira a-espacial (ou por uma visão abstrata de espaço) tendem, de um lado, a ampliar o investimento e o emprego (e seus efeitos multiplicadores) mas, de outro, a reproduzir/accentuar desigualdades territoriais (que articulam as dimensões social, econômica e ambiental). Assim como, em épocas de alta temporada, as comarcas do litoral do Paraná têm o fluxo de pessoas intensificado, influenciando no trânsito e no acesso às localidades.

Ademais, entre os habitantes de Pontal do Paraná, o município contém diversas aldeias indígenas de etnia Guarani M'byá, território que perpassa o Rio Guaraguaçu. Dentre as aldeias de Pontal do Paraná, vive a aldeia Karaguata Poty, que se aloja às margens do Rio Guaraguaçu e próximo ao Balneário de Shangri-lá se situa a aldeia Guaviraty. A reserva é formada por 746 hectares no Guaraguaçu e se localiza no “lado do mato”.

As expressões da questão social⁶ demarcadas pela territorialidade que carrega a nomenclatura “lado do mato” ficam nítidas quando observada a qualidade de vida dos habitantes dessa reserva indígena. De acordo com uma matéria publicada pela Gazeta do Povo (2018), a má infraestrutura do local implica diversas dificuldades no dia a dia do povoado indígena, o principal deles é a constante falta d'água por falta de uma rede de abastecimento na região, a água potável chega na região através de galões de água, que não duram tempo o suficiente para a população nativa, essa inconstância com o abastecimento de água gera empecilhos no que tange a higiene e alimentação.

Nesse ínterim, complementamos que fatores como a estigmatização territorial presentes nesses territórios acarretam marcas negativadas e produções simbólicas que geram estranhamento e desqualificação social. Ou seja, esse processo de estigmatização envolve a naturalização das desigualdades e a construção de práticas individualizadas e privatizadas, marcadamente presentes na rotina profissional em Pontal do Paraná.

Por fim, o intuito dessa discussão visou refletir sobre o território para possibilitar o entendimento das particularidades de Pontal do Paraná.

⁶ A “questão social” é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são suas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985) (IAMAMOTO, 2019, p.38).



IV RESULTADOS E CONCLUSÕES

O esforço de sistematizar o trabalho denota a legitimidade e a importância do trabalho das equipes técnicas do judiciário para o fornecimento de subsídios por escrito ou verbalmente e para o desenvolvimento de trabalhos de socialização de informações, de orientação, de encaminhamento, de prevenção e outros, sendo protagonistas na prestação de serviços aos magistrados e na garantia de direitos para a população usuária dos serviços, sendo por isso essencial a compreensão sobre o território, principalmente para as equipes regionalizadas.

Nas observações realizadas, verifica-se que há vários sujeitos que acessam o território e criam fronteiras nestes espaços, como a divisão em “lado do mar” e “lado do mato”. Sobre o “lado do mar”, este possui casas com excelentes condições de habitabilidade, melhor pavimentação nas ruas, usufruindo da mão de obra dos que moram no “lado do mato”. Este último, se caracteriza com ocupações irregulares e precárias condições de habitabilidade e é o território em que mais atendemos crianças e adolescentes que necessitam de medidas de proteção.

Nesse sentido, buscamos refletir que, como agentes públicos, somos chamados a entender a segregação socioterritorial e os problemas complexos no território, para compreendermos quais as necessidades da população e a importância da participação nas decisões sobre os espaços. Como conclusão, indicamos que, para potencializar as particularidades regionais, é preciso políticas territoriais, com estímulo ao protagonismo das regiões.

Conclui-se que leituras territoriais requerem esforço interdisciplinar, visto que o território não é estante, não é estático, há muitas forças envolvidas e precisam ser estudadas criticamente.

Por fim, no âmbito profissional, é crucial insistirmos em um perfil profissional intelectual que valoriza o “pensar” e o “fazer”, dedicando-se ao acúmulo teórico como referência imprescindível à ação transformadora, fundamentando-se pelas três dimensões que articulam e atravessam o cotidiano profissional para a consolidação de uma cultura profissional amparada no projeto ético-político e na realidade social.



V REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2º ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de jan. de 2021.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). **Serviço Social na História**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

PARANÁ (Estado). **Lei nº 11 252**, de 20 de dez. de 1995. Leis Estaduais. Disponível em: < leisestaduais.com.br/pr/lei>. Acesso em: 13 de jan. de 2021.

BREMBATTI, K. Como vivem os índios que estão na área prevista para a Faixa de Infraestrutura. **Gazeta do Povo**. Paraná, 10 de jun. de 2018. Disponível em: < gazetadopovo.com.br/politica/parana>. Acesso em: 14 jan. de 2021

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5.ed.,2.reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 176p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SPOSATI, A. Território e gestão de políticas sociais. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, V. 16, N.1, P. 05-18, JUL./DEZ. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423/14620> Acesso em: 17 jan de 2021.